



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOÃO PAULO DIAS DE ARAÚJO

**OS EFEITOS DA COVID-19 NA GESTÃO FINANCEIRA DE ENTIDADES RURAIS
DO TERCEIRO SETOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA
2021**

JOÃO PAULO DIAS DE ARAÚJO

**OS EFEITOS DA COVID-19 NA GESTÃO FINANCEIRA DE ENTIDADES RURAIS
DO TERCEIRO SETOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo

**JOÃO PESSOA
2021**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663e Araujo, Joao Paulo Dias de.

Os efeitos da COVID-19 na gestão financeira de entidades rurais do terceiro setor na região metropolitana de João Pessoa / Joao Paulo Dias de Araujo. - João Pessoa, 2021.

65 f. : il.

Orientação: Victoria Puntriano Zuniga de Melo.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Sindicatos de Trabalhadores Rurais. 2. Associações de Trabalhadores Rurais. 3. Agricultura familiar. 4. Gestão financeira. 5. COVID-19. I. Melo, Victoria Puntriano Zuniga de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 657(02)

JOÃO PAULO DIAS DE ARAÚJO

**OS EFEITOS DA COVID-19 NA GESTÃO FINANCEIRA DE ENTIDADES RURAIS
DO TERCEIRO SETOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA



Presidente: Prof.^a Dr.^a Victoria Puntriano Zuniga de Melo (Orientadora)
Instituição: UFPB



Membro: Prof. M^a Edson Franco de Moraes
Instituição: UFPB



Membro: Prof.^a Ma. Thamirys de Sousa Correia
Instituição: UFPB

João Pessoa, 12 de julho de 2021.

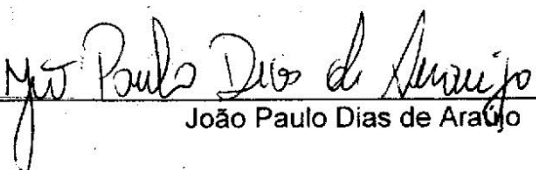
DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, João Paulo Dias de Araújo, matrícula n.º 11326520, autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Os efeitos da COVID-19 na gestão financeira de entidades rurais do terceiro setor na região metropolitana de João Pessoa, orientado pela professora Dr^a Victoria Puntriano Zuniga de Melo, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2020.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmando que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, 05 de julho de 2021.


João Paulo Dias de Araújo

Dedico este trabalho à minha querida mãe,
Luiza Francisca de Araújo (in memoriam),
cuja presença foi essencial na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mim guiar e iluminar meu caminho;

A minha família, minha esposa Joyce, minhas filhas Luiza e Luana por estarem sempre ao meu lado em todos os momentos e todos meus familiares, pelo apoio irrestrito;

A minha professora e orientadora, Dr^a Victoria Puntriano Zuniga de Melo, que me ajudou e incentivou-me para concluir este trabalho;

Agradeço a todos os professores do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, pela dedicação para com a profissão, e por todos os conhecimentos transmitidos ao longo desses anos;

Por fim, agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para conclusão desta graduação.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar os efeitos da Covid-19 na gestão financeira de entidades rurais do terceiro setor na região metropolitana de João Pessoa. A pesquisa possui característica descritiva, por inferir análise de um público específico, dentro de cenário que vem alterando o modo de vida da sociedade em dimensões globais. Ao investigar o público deste trabalho, foi realizado um estudo de caso, mais especificamente um estudo de caso múltiplo, que selecionou por critério de acessibilidade os membros da diretoria de 1 (um) sindicato e 5 (cinco) associações dos trabalhadores rurais. A pesquisa demonstra que todas as instituições utilizam prestação de contas simples, no entanto, durante o período pandêmico das 6 (seis) instituições pesquisadas 3 (três) relataram o aumento da inadimplência, apesar disso, os respondentes informaram que não houve nenhuma ação voltada para captar recurso. Apesar de todos os entrevistados informarem que o contador possui capacidade de melhorar a gestão, a pesquisa revelou que 50% não tem condições de pagar os serviços do contador. Constatou-se que os entrevistados por possuir baixa escolaridade, não tem esclarecimento acerca de gestão financeira, já o contador que detém conhecimento e preparo técnico para auxiliar os dirigentes, atende apenas os requisitos legais das organizações rurais.

Palavras-chave: Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Associações de Trabalhadores Rurais. Agricultura Familiar. Gestão Financeira. COVID-19.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the effects of Covid-19 on the financial management of rural entities in the third sector in the metropolitan region of Joao Pessoa. The research has a descriptive characteristic, as it infers the analysis of a specific audience, within a scenario that has been changing the way of life of society in global dimensions. When investigating the audience of this work, a case study was carried out, more specifically a multiple case study, which selected, by accessibility criteria, the board members of 1 (one) union and 5 (five) associations of rural workers. The survey shows that all institutions use simple accountability, however, during the pandemic period, the 6 (six) institutions surveyed 3 (three) reported an increase in default, despite this, the respondents reported that there was no action aimed at fundraising. Although all respondents report that the accountant has the ability to improve management, the survey revealed that 50% are unable to pay for the accountant's services. It was found that the interviewees, for having low education, do not have any clarification about financial management, as the accountant, who has knowledge and technical preparation to assist the managers, only meets the cool requirements of rural organizations.

Keywords: Rural Workers Unions. Rural Workers Associations. Family farming. Financial management. COVID-19.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Perguntas abordadas na entrevista	34
Tabela 1 – Gestores entrevistados.....	36
Tabela 2 – Estado civil dos entrevistados	37
Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados	37
Tabela 4 – Escolaridade dos entrevistados	38
Tabela 5 – Localidade que reside	38
Tabela 6 – Cargo na diretoria.....	39
Tabela 7 – Tempo no cargo	39
Tabela 8 – Pendência com outras entidades	40
Tabela 9 – Frequência da assembleia geral	41
Tabela 10 – Quantitativo de associados ativos	41
Tabela 11 – Vínculo na instituição	42
Tabela 12 – Duração no mandato	43
Tabela 13 – Contribuintes e filiados	44
Tabela 14 - Inadimplência no período pandêmico.....	44
Tabela 15 – Reuniões no período pandêmico	46
Tabela 16 – Impacto da pandemia na atividade rural	46
Tabela 17 – Participação de contador na entidade	47
Tabela 18 – Necessidade de serviço contábil	48
Tabela 19 – Informações geradas por contadores	48
Tabela 20 – Gestão financeira na entidade	49
Tabela 21 – Fontes secundárias de arrecadação	50
Tabela 22 – Participação em projetos governamentais	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP	Balanço Patrimonial
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DRE	Demonstração Resultado do Exercício
DMPL	Demonstração das Mutações Líquida
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ITG	Instrução Técnica Geral
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan Americana da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	JUSTIFICATIVA.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	TERCEIRO SETOR.....	18
2.1.1	Demonstrações Contábeis no Terceiro Setor	19
2.1.2	Gestão Financeira no Terceiro Setor	20
2.1.3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)	22
2.1.4	Associações dos Trabalhadores Rurais.....	24
2.2	O PROCESSO DE GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS RURAIS	26
2.3	A AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO DA COVID -19	28
3	METODOLOGIA.....	31
3.1	TIPOLOGIA DE PESQUISA	31
3.2	SELEÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTAS	32
3.3	INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS	33
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	36
4.1	PERFIL DA DIRETORIA DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL	36
4.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL	40
4.3	ANÁLISE DE GESTÃO FINANCEIRA DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL.....	43
5	CONCLUSÃO.....	52
5.1	RECOMENDAÇÕES	53
	REFERÊNCIAS.....	54

APÊNDICE A – Termo de Consentimento de Pesquisa.....	58
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista	61

1 INTRODUÇÃO

A gestão financeira estabelece procedimentos que auxiliam as entidades no planejamento e controle das atividades financeiras. Permitindo uma melhor análise dos recursos auferidos em paralelo com a execução das despesas fixas e variáveis das empresas públicas, privadas ou sem fins lucrativos.

Dentro do campo de atuação na gestão financeira, existe vários segmentos profissionais, como consultor financeiro que desenvolve atividades voltadas para o planejamento e tomada de decisão das entidades e o analista financeiro que visa mapear as melhores oportunidades de investimentos, financiamento e gestão dos fluxos de caixa. Esses profissionais atuam na captação de recursos, elaboração das demonstrações financeiras das entidades, melhoria das estratégias de decisão, o controle de recebimentos e pagamentos, como também na projeção de fluxo de caixa e demandas fiscais.

Dessa forma, a gestão financeira configura como ferramenta indispensável para todo tipo organização. E no tocante as entidades do terceiro setor por ser organizações sociais sem finalidade lucrativa, ou seja, não possui fonte de recurso própria para suprir suas necessidades, demandando sempre captação de recursos de terceiros para manter-se ativa.

É natural que no terceiro Setor, no curso de um projeto haja um descompasso entre a entrada/ e a saída dos recursos, mas o fluxo de caixa tem a função de quantificar este descompasso para que contribuir com o processo decisório dos gestores. (TOZZI,2014)

A gestão financeira se torna relevante para permanência das entidades e pela natureza das atividades que realizam as entidades sem fins lucrativos é inegável a importância dessas entidades para o País, que colaboram para mitigar os problemas sociais, e mesmo com dificuldades vem obtendo mais espaços nos últimos anos, através de cidadãos comuns (TORRES, 2018).

No entanto, um fato vem modificando as estruturas sociais, profissionais e econômicas do país, provocada pela disseminação SARS-CoV- 2 ou simplesmente Covid – 19, segundo consta no boletim informativo no sitio da Organização Pan Americana da Saúde - OPAS (2021) no final de dezembro de

2019 a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi alerta do surgimento de nova cepa de coronavírus na cidade de Wunhan – China.

No início do ano 2020, o novo coronavírus foi elevado para situação de Emergência de Saúde Pública II, situação está ocorrida apenas com a disseminação do vírus H1N1, Poliovírus, Vírus Zika e Ebola. No entanto, o agravamento no número de infecções levou a Organização Mundial de Saúde decretar em março de 2020 situação de pandemia.

Um vírus com alto índice de transmissão que segundo matéria do endereço eletrônico Sampaio (2021) o mundo registrou em abril de 2021 um quantitativo 149 milhões de infectados pelo novo coronavírus, onde 9,7 % desses casos ocorreram no Brasil, fato que vem exigindo da população desde início da pandemia: isolamento social, distanciamento entre as pessoas, evitar contato, uso de máscara, higienizar as mãos e ambientes. Logo, essa nova realidade afeta o desenvolvimento de atividades coletivas, sejam elas grandes estruturas organizacionais, perpassando entre estrutura organizacionais simples, como associações de comunidades rurais, que é o campo de estudo desta pesquisa. Zittei, Politelo e Scarpin (2016, p. 85) indicam que:

O aumento de desigualdades sociais, conflitos étnicos, catástrofes ambientais, bem como as privatizações de serviços essenciais e a desregulamentação de políticas sociais, são fatores que contribuíram e ainda contribuem para o surgimento e consolidação do terceiro setor na tentativa de minimizar e até mesmo solucionar os problemas sociais.

A região Nordeste segundo dados do IBGE em julho de 2020 tem uma população estimada em mais de 57 milhões de habitantes, possuindo a agricultura como uma das principais atividades econômicas, no entanto, por possuir problemas estruturais quanto à sustentabilidade dos sistemas de produção de alimentos, aliados aos constantes efeitos negativos do clima, como as secas, dificultam a manutenção e desenvolvimento das atividades rurais.

A Paraíba desde sua concepção como Estado possui características voltadas para o desenvolvimento da atividade rural, seja com produção em alta escala, advindas das empresas rurais ou de pequenos produtores da agricultura familiar.

Nesse sentido, algumas cidades da região metropolitana de João Pessoa, possuem um grande alcance territorial, mas devido a forma de organização

populacional, suas atividades estão direcionadas para agricultura, permitindo muitas comunidades rurais se organizarem por meio do associativismo para melhor prover suas demandas e se fortalecer diante das adversidades que possam surgir.

Para Bertoldo (2015), é por meio do associativismo que uma comunidade passa a ter uma maior representação social e econômica. É uma união que acontece pra melhoria das condições de vida de um grupo e de uma comunidade. Essa prática vai além de uma forma de organização, é uma construção e uma conquista social.

Os trabalhadores rurais que exercem atividades laborais formalizadas na agricultura onde a maioria busca fortalecer seus direitos e pleitear melhores condições de trabalho, por meio de vinculação aos sindicatos de classe. O marco legal da sindicalização rural no Brasil se deu com a lei nº 7.038/1944 que estabeleceu as prerrogativas para o funcionamento, organização dos sindicatos, os direitos, deveres, requisitos legais, patrimônio e forma de arrecadação.

Devido ao crescimento de movimentos sociais de luta pela distribuição de terra de forma igualitária e com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a partir de meados de 1990, o sindicalismo rural apresentou um maior reconhecimento. A lei nº 11.326/2006 disciplinou a diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, permitindo a definição formal de agricultor familiar, as características que o agricultor deve obedecer para se enquadrar no conceito de agricultor familiar. A agricultura familiar de acordo com Sangalli, *et al.* (2015, p.225) “o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso a terra, água, mercados, tecnologia e crédito”.

A agricultura familiar também teve uma grande influência para o fortalecimento das Associações dos Trabalhadores Rurais. Dessa forma, permitindo a Ciência Contábil, trabalhe com as ferramentas para auxiliar as entidades a cumprir suas obrigações legais, o controle patrimonial e aperfeiçoar suas práticas gerenciais.

A contabilidade nas entidades do terceiro setor é utilizada não só para o cumprimento de exigências legais, como parte da documentação para obtenção

de certificados, mas também como instrumento de gestão, auxiliando-as a gerenciar seus recursos, muitas vezes escassos (EBSSEN, 2003).

Dessa forma, a lei nº 7038/1944, define no seu capítulo IV, os procedimentos para gestão financeira das associações sindicais rurais. Podendo ser evidenciado fatos relacionados ao controle patrimonial das entidades e responsabilização dos atos que importem delapidação do patrimônio estará sujeito as penalidades da lei (BRASIL, 1944).

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A contabilidade possui como objeto o controle do patrimônio das entidades. E quando se trata de entidades como sindicatos e associações, muitas vezes, há pouca arrecadação e dificuldades em gerir os recursos escassos que são auferidos por esses entes; além de que os associados podem não conhecer a importância da gestão financeira para o desenvolvimento de suas atividades. Se houvesse controle patrimonial, o setor de Agricultura Familiar teria acesso a informações reais e atualizadas de seus associados, podendo fortalecer as instituições em momentos de contingência. Por esse motivo, esse estudo busca investigar: **Quais os efeitos da Covid-19 na gestão financeira de entidades rurais do terceiro setor na região metropolitana de João Pessoa?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos da Covid-19 na gestão financeira de entidades rurais do terceiro setor na região metropolitana de João Pessoa.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Investigar instrumentos de gestão financeira utilizados nas associações/sindicatos para a captação de recursos;

- b) Verificar como são realizadas as prestações de contas das associações/sindicatos;
- c) Identificar as flutuações nas captações de recursos no período da pandemia do COVID-19.

1.3 JUSTIFICATIVA

O terceiro setor ao longo das últimas décadas vem conseguindo projeção no cenário econômico nacional, por atuar principalmente em lacunas deixadas por políticas públicas ineficientes do Estado. No entanto, Segundo IBGE (2019, p.65) “com redução de 16,5%, o número Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil passou de 283,8 mil unidades em 2010 para 237 mil em 2016”.

Desse modo, a pesquisa encontra-se norteadas por estudos anteriores sobre o Terceiro Setor Brasileiro que evidenciaram alguns aspectos importantes sobre a gestão dessas entidades. Para Mario, *et al.* (2013) apesar do muito que se avançou e de casos de sucesso, o terceiro setor necessita desenvolver sistemas de informação contábil, para não limitar o conhecimento sobre práticas gerenciais; Portulhak (2015) demonstra na sua pesquisa que existe uma relação positiva entre prestação de contas realizadas por entidades do terceiro setor e o comportamento de doação de indivíduos; Geudes e Benuto (2019) evidencia que a importância do fluxo de caixa projetado, uma ferramenta contábil, por organizações sem fins lucrativos, por meio dela, tornou-se possível identificar períodos de maior evasão de recursos.

A pesquisa torna-se relevante por investigar como ocorre o controle de gestão financeira nas associações rurais e sindicatos durante a pandemia da Covid-19 decretada pela OMS em fevereiro de 2020, com enfoque na análise de boas práticas de gestão, os efeitos na captação de recursos e transparência.

Com a disseminação da pandemia do coronavírus, as atividades das associações rurais tiveram que se reorganizar, pelo fato da sociedade necessitar de isolamento social, já que essas entidades na sua maioria são formadas por trabalhadores advindos da agricultura familiar ou trabalhadores associados a sindicatos rurais.

Tal fato, pode ser observado em matéria publicada no sitio Canal Rural (2020), onde mostra a realidade vivenciada por agricultoras da cidade de Brazlândia (DF) no início de 2020, que conseguiram o fortalecimento por meio da associação que viabilizou o comercio eletrônico da produção. (CANAL RURAL, 2020).

Portanto, o estudo é oportuno por realizar análise de um cenário atual em relação ao papel das organizações do terceiro setor, tendo em vista os impactos socioeconômicos causados pela pandemia, nas instituições que possuem como forma organizacional o associativismo comunitário de cooperação financeira, baseado na arrecadação dos associados para custear suas atividades básicas.

Para Pires (2020, p. 7) “Os segmentos sociais vulnerabilizados tendem a possuir menores capacidades de absorção dos variados impactos que as medidas de enfrentamento à crise podem provocar em suas vidas”.

O diferencial da pesquisa consiste no estudo de entidades rurais no cenário pandêmico, onde busca-se analisar o nível de gestão que está sendo aplicada nas Associações Rurais e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de um município de médio/pequeno porte no Estado da Paraíba.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desse estudo encontra-se estruturada da seguinte forma: a primeira seção trata sobre o Terceiro Setor, com abordagem para os sindicatos dos trabalhadores rurais e associações dos trabalhadores rurais; a segunda seção fala sobre processo de gestão financeira das Associações e Sindicatos Rurais; na terceira e última seção enfoca a agricultura familiar no cenário da pandemia do coronavírus.

2.1 TERCEIRO SETOR

A sociedade civil brasileira está segmentada substancialmente em três setores que auxiliam na movimentação da economia, podendo ser definidos da seguinte forma: o primeiro setor traz consigo a figura do Estado, o segundo setor evidencia as empresas com fins lucrativos e no terceiro setor as entidades sem fins lucrativos (MONSER *et al*, 2018).

De maneira mais elaborada, podemos dizer que o primeiro setor representado pelo Estado, no caso o poder público que proporciona para a sociedade, através da arrecadação de impostos o bem-estar da população, com a saúde, educação e demais funções pertinentes ao Estado. O segundo setor é composto pelas empresas privadas de fins lucrativos, visto que os detentores de capital aplicam seus recursos em um mercado competitivo, vislumbrando um retorno do seu investimento, ou seja, existe a busca incessante na obtenção do melhor resultado, da maximização do lucro. E o terceiro setor surge como um intermediário entre o primeiro e segundo setor. Em suma, o terceiro setor é constituído das instituições de natureza privada, sem finalidade de auferir lucros e que prestam serviços para a sociedade e que pode ter vínculos tanto com o setor público com o privado.

Segundo Cabral (2008), o terceiro setor é uma espécie de “espaço público não estatal”, o que é confirmado por meio de uma série de atributos que em conjunto formam esse ambiente. São eles: representatividade de interesses coletivos, democratização, qualidade e efetividade de serviço, visibilidade social, universalidade, cultura pública, autonomia e controle social.

Com o desenvolvimento das atividades laborais em grande escala, os setores produtivos passaram a ser compostos pela figura do patrão (proprietário do empreendimento) e os funcionários. Logo, essa conjuntura socioeconômica passou a demandar do Estado estruturas reguladoras, com capacidade de sanar ou mediar eventuais conflitos entre as partes.

2.1.1 Demonstrações Contábeis no Terceiro Setor

Os critérios norteadores da contabilidade aplicada ao terceiro setor encontra-se atualmente descrita na Instrução Técnica Geral (ITG) 2002/R1 – Entidades sem Finalidade de Lucros. Onde é estabelecido critérios para avaliação e reconhecimento do patrimônio das entidades do terceiro setor.

A ITG 2002/R1 evidencia como alcance as entidades sem finalidade lucrativa constituída sob a natureza jurídica de organização social, organização religiosa, partido político, entidade sindical, associação e fundação de direito privado. Devendo essas instituições elaborar as demonstrações contábeis listada no item nº 22 da referida instrução técnica, que pode ser verificada a seguir:

As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (CFC, 2005).

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia de forma estática a posição financeira e patrimonial de uma entidade em determinado período. Esta demonstração contábil encontra-se estruturada entre os Ativos (Bens e Direitos), Passivo (Obrigações com Terceiros) e Patrimônio Líquido.

Segundo Valetim e Nunes (2015, p. 32) “Assim como possui grande importância nas empresas, tal relevância também se faz presente no Terceiro Setor, uma vez que a diferença entre eles está apenas nas nomenclaturas apresentadas no balanço”. E a natureza das contas que correspondem as atividades sem fins lucrativos e suas características setoriais.

Nesse sentido, no Balanço Patrimonial a nomenclatura conta de capital deve ser substituída por Patrimônio Social e nas demonstrações contábeis ao

invés de utilizar a expressão lucro ou prejuízo devem ser substituída por superávit ou déficit do período (CFC, 2005).

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório que reflete a posição econômica da entidade em determinado período. Essa demonstração encontra-se baseada no confronto das receitas e despesas incorridas em cada ciclo operacional da organização, evidenciando no fim do exercício se o saldo das transações realizadas foram positivos ou negativos. Segundo Valentim e Nunes (2015, p. 33):

A DRE exhibe para os gestores e administradores da entidade uma das principais informações que eles utilizam, sendo, o resultado do exercício, isto é, se a organização teve lucro ou prejuízo. Esse demonstrativo é um dos mecanismos de maior destaque para efetuar a análise financeira de uma organização, pois ele resume as operações ocorridas em um período estipulado.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) de acordo com Padoveze (2012, p. 383) “possui como finalidade básica deixar claro todos os valores que alteraram, conta por conta, o Patrimônio Líquido, evidenciando aos sócios e acionistas o que aconteceu com a riqueza efetiva da empresa e deles também”.

No tocante a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), busca evidenciar as entradas e saídas de recursos da entidade, estando sua análise dividida no fluxo operacional, investimento e financiamento. Para Martins, Diniz e Miranda (2020, p. 47) “Por meio da DFC, os usuários das demonstrações contábeis podem avaliar a capacidade de gerar fluxos futuros de caixa da entidade, a capacidade de saldar obrigações [...]”

E por fim, as entidades devem evidenciar junto as demonstrações contábeis Notas Explicativas, que são informações auxiliares para ajudar os usuários no entendimento das demonstrações, para compensar os efeitos da assimetria informacional.

2.1.2 Gestão Financeira no Terceiro Setor

As entidades que compõem o terceiro setor para conseguir executar suas atividades operacionais precisa captar recursos externos oriundos de terceiros.

Demandando dos gestores, um planejamento financeiro para suprir as eventuais oscilações de recursos que são aportados pelos seus contribuintes.

Para Cardoso (2010, p.12) “A captação de recursos não é pavimentada, é marcado por grandes obstáculos, como a falta de um plano de obtenção de recursos, tantas vezes inexistentes nas instituições que atuam no terceiro setor”.

Diante dessa realidade o planejamento financeiro torna-se preponderante para o bom desenvolvimento das atividades no terceiro setor, pois o controle financeiro permitirá uma execução dos recursos auferidos de forma coordenada, permitindo uma tomada de decisão mais assertiva por parte dos gestores.

Segundo Dias e Pugues (2013, p.34) “A maneira de administrar e gerenciar as informações faz com que as entidades do Terceiro Setor possam expandir suas parcerias a fim de alcançar o desenvolvimento de seus programas e projetos, contribuindo assim, para aumento de serviços prestados ao próximo”.

O planejamento financeiro possui como um dos eixos a análise no curto prazo ou operacional que está associado diretamente com a execução orçamentária, podendo ser realizadas projeções das receitas, fluxos de caixa presente, como também traçar os objetivos e a metas da entidade.

O outro eixo do planejamento financeiro encontra-se direcionado para uma abordagem estratégica ou de longo prazo, esse planejamento está baseado nas diretrizes organizacionais e nas metas de longo prazo que a entidade vislumbra alcançar.

Dessa forma, a Ciência Contábil possui no seu escopo a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) que evidencia de forma detalhada os fluxos de caixa operacional, de investimento e financiamento. Dessa forma, o fluxo de caixa operacional evidencia quanto a entidade possui de recurso no caixa, no fluxo de investimento é auferido os gastos no ativo de longo prazo e bens imobilizados, já o fluxo de financiamento é verificado as entradas e saídas de empréstimos e financiamento no curto e longo prazo.

Dalfior *et al.* (2020, p. 2) “O fluxo de caixa é uma ferramenta dinâmica, que oferece ao gestor vasta informações para tomada de decisões. Representa a previsão, o controle e o registro de recebimento e pagamentos durante um determinado período”.

Logo, os requisitos para o cumprimento da finalidade da DFC consiste em demonstrar os efeitos das transações em relação ao fluxo caixa, conciliar o resultado da entidade com o caixa líquido das atividades operacionais e detalhar em notas explicativas as operações de investimento e financiamento que influencia o patrimônio, mas não repercute no caixa da entidade.

Segundo Lugoboni, *et al.* (2018, p. 735) “As análises de desempenho bem como a adoção de boas práticas de governança são características intrínsecas com finalidade lucrativa, entretanto, pode-se verificar no terceiro setor a mesma necessidade, em vista da relação entre os gestores e os doadores”.

A análise de desempenho das entidades consiste em indicadores tradicionais que são apresentados nas demonstrações contábeis (rentabilidade, liquidez, endividamento, entre outros), como também indicadores gerenciais que busca medir o desempenho das instituições, traçar metas, gerar informações úteis e permitir elaborar planejamento estratégico.

Nesse sentido, as entidades devem realizar prestação de contas dos atos e fatos de gestão, podendo ser simplificada conforme evidencia Araújo, Tolentino e Theophilo (2009, p.11):

Quanto à periodicidade da prestação de contas, há uma obrigação prevista nos estatutos dessas organizações, de que seja anual. Contudo é observado, em diversos relatos, que as associações optam por prestarem contas mensalmente ou bimestralmente aos seus associados. Evidenciando um modo simples de controlar as receitas e despesas, muitas vezes orientados por costumes e concepções dos próprios dirigentes.

No final de cada exercício financeiro a diretoria da Associação/Sindicato rural deve realizar a convocação dos seus membros ativos para a prestação de contas anual simples, devendo ser demonstradas as entradas de recursos, os gastos realizados no período e para sua aprovação, faz necessário maioria simples dos presentes.

2.1.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

O Brasil possui como uma das atividades econômicas predominante, as desenvolvidas pelo setor primário, correspondendo à produção de matérias-

primas advindas do cultivo ou extração da natureza que, posteriormente, será consumida ou transformada em mercadorias.

Nesse contexto, surgiu na sociedade os sindicatos, como grupo de trabalhadores de uma mesma categoria, que possui a finalidade de defender os direitos individuais e coletivos de sua classe e proporcionar atividades ou serviços voltados para melhorar a qualidade de vida do trabalhador.

A história do movimento sindical remonta à busca de melhores condições de vida e de trabalho, redução da jornada, melhores condições de higiene e segurança (SOUSA, 2021). A luta pelos direitos dos trabalhadores rurais tem sido árdua, sobre tudo na região nordeste do Brasil.

Diante da importância do setor rural no país, o sindicalismo rural foi regulamentado pela lei nº 7.038/1944, que no seu texto estabelece direitos, deveres e parâmetros para o funcionamento dessa atividade, conforme demonstrado abaixo:

Art. 1º, §1º - Os sindicatos rurais serão organizados normalmente reunindo exercentes de atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas, podendo o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio permitir, excepcionalmente, a organização de entidades congregando exercentes de atividades ou profissões rurais diferentes, comprovada a impossibilidade de serem organizadas entidades específicas (BRASIL, 1944).

De acordo com a lei nº 7.038/1944 para os sindicatos rurais conseguir autorização de funcionamento, deverá atender alguns requisitos, como: possuir quantidade de membros que assegure a capacidade de existir, o mandato da diretoria não deve ultrapassar três anos, o presidente deve ser brasileiro nato, o pedido de reconhecimento deve ser realizado junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, entre outras.

Outro ponto importante da referida lei, encontra-se descrito no capítulo IV, por definir critérios de gestão financeira do sindicato e sua fiscalização, podendo ser observado a preocupação com o controle patrimonial.

Ao ponto que caracteriza o patrimônio em (bens e valores adquiridos) da entidade, os recursos (contribuições dos associados, doações, entre outras) que devem ser auferidos, o procedimento para alienação de bens e responsabilização por atos que configure delapidação do patrimônio, pois essas

entidades possuem conselho fiscal para deliberar os atos e fatos incorridos pela diretoria no curso de cada gestão.

2.1.4 Associações dos Trabalhadores Rurais

No Brasil nas últimas décadas alguns governantes buscaram atenuar a desigualdade no meio rural, com ações de desapropriação de terras improdutivas, medidas que visam permitir aos cidadãos o direito à propriedade no meio rural. Permitindo que propriedades antes improdutivas, passe a exercer sua função social e consequentemente, impulsionar a agricultura familiar.

Atualmente, com a promulgação da constituição de 1988, também conhecida de constituição cidadã, o Estado brasileiro trouxe um novo enfoque sobre o cidadão, buscando estabelecer critérios que proporcione uma situação de bem estar social. Segundo Toniasso, *et al.* (2007, p.4):

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe em seu conteúdo novas concepções sobre os direitos e deveres do cidadão. Quanto ao direito de propriedade da terra, o princípio de função social sobrepôs-se ao antigo sentido do direito privado da propriedade. A terra formou-se um fator de desenvolvimento social e econômico, deixando de representar mera parcela do patrimônio privado de alguém.

A partir do novo posicionamento do Estado brasileiro, urgido pela Carta Magna, o país começou um processo de reforma agrária com a repartição de latifúndios em processo não concluído. Permitindo a formação de assentamentos rurais que veio a proporcionar uma distribuição da propriedade em pequenas frações.

Goln (2000, p. 21):

No Brasil, nos anos 90, existem inúmeros organizações, fundações, associações, movimentos etc. Criados para promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e atuar em áreas onde o Estado é incipiente.

Onde fica evidenciado o surgimento de associações de trabalhadores rurais, como forma de fortalecer, desenvolver e lutar pelas demandas existentes nas comunidades rurais, na ausência de políticas públicas eficientes por parte do Estado, voltadas para agricultura familiar.

Diante do cenário complexo que a atividade rural no país assume, Wanderley (2003) admite uma dificuldade em se conceituar “agricultura familiar”, porém, apresenta um conceito que diz: é uma certa camada de agricultores que conseguiram se adaptar às exigências do mercado e são reconhecidos pela política pública.

Nesse sentido, evidenciou-se a criação de algumas políticas públicas voltadas para o agricultor familiar que atualmente ainda estão em atividade, sendo intervenções do governo com o intuito de fortalecer o segmento da agricultura familiar, ao ponto que cria mecanismo para aquisição de alimentos direcionados a merenda escolar com Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimento – PAA cujo sua finalidade é atender famílias em situação de vulnerabilidade social.

Logo, os produtores rurais da agricultura familiar passaram a se organizar em associações. E para tal, são formadas através da união de associados em assembleia e com deliberação de estatuto, que estabelece os direitos e deveres dos seus membros.

No tocante aos aspectos formais, a lei nº 11.326/2006, estabelece critérios para classificar o agricultor familiar, devendo o agricultor atender os requisitos descrito no art. 3º evidenciado abaixo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Portanto, surgiu no país a formação em pequenas propriedades rurais de assentamentos da reforma agrária, que vem proporcionando ao longo das décadas a imersão de uma classe que vem ajudando o país a garantir uma

segurança alimentar, pois, a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos que abastece a sociedade brasileira.

Esses agricultores para conseguir se fortalecer vem se organizando em associações rurais que de acordo com o Decreto – Lei nº 7.449, de abril de 1945 evidencia no seu artigo 17 os elementos que compõem incorporam ao patrimônio dessas entidades, conforme demonstrado abaixo.

Art. 17. O patrimônio das associações rurais, das sociedades e da União Rural Brasileira será constituído: a) das contribuições dos sócios; b) do produto da "taxa rural", que venha a ser criada para o fomento do espírito associativo na vida rural; c) das subvenções; d) das doações e legados; e) das rendas dos bens que sejam adquiridos; e f) do resultado de atividades sociais (BRASIL, 1945).

Permitindo que os associados de forma organizada consiga pleitear melhores condições de mercado na venda de seus insumos, participe de programas governamentais, como também dialogar com os gestores locais melhores condições para sua comunidade rural.

2.2 O PROCESSO DE GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS RURAIS

A Associação de Trabalhadores Rurais assume como forma legal a face de pessoa jurídica de direito privado, funcionando como instrumento de organização de um grupo de trabalhadores ou produtores rurais que visa o desenvolvimento das localidades rurais.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também assume a forma legal de pessoa jurídica de direito privado, no entanto, possui a função representar, defender todos os trabalhadores rurais e desenvolver ferramentas para melhorar a qualidade de vida dos seus membros.

Onde fica evidenciado que os sindicatos dos trabalhadores e as associações rurais possui pontos similares tanto na forma jurídica como nos seus objetivos, visando proporcionar melhorias e fortalecer a atividade rural. Verifica-se ainda, que essas duas entidades divergem na sua finalidade, pois o sindicato possui uma abrangência ampla, possuindo no seu escopo toda uma classe rural e os sindicatos rurais possui seu escopo voltados para o desenvolvimento local, ou seja, de sua comunidade.

Segundo Voese e Reptczuk (2011, p.39) “A simples constituição de uma entidade do terceiro setor na forma de associação ou fundação não proporciona condições para o correto desenvolvimento das atividades na esfera operacional, contábil-financeira e jurídica”.

Na esfera operacional as associações e sindicatos dos trabalhadores rurais devem deixar claro seu papel perante os seus membros e a para sociedade, buscando sempre executar seus serviços visando práticas sustentáveis e o desenvolvimento de controles na esfera administrativa e patrimonial.

Em relação a esfera contábil-financeira o seu bom desenvolvimento está ligado intrinsecamente ao bom funcionamento da esfera operacional. Permitindo a entidade atender os aspectos legais e de gestão com informações fidedignas a respeito da posição patrimonial.

Para Martins, Diniz e Miranda (2020, p. 5), “a capacidade de a contabilidade abstrair um conjunto de dados econômico-financeiros e mediante um modelo estabelecido emitir as informações sobre as variações ocorridas no patrimônio”.

As entidades do terceiro setor, possui como fonte mantedora de suas atividades, o financiamento de recurso por fontes externas, seja por doação de terceiros ou dependendo da atividade, recursos auferidos de seus membros. Evidenciando um cenário de escassez de recursos que pressiona os gestores a otimizar as ferramentas de planejamento.

Dessa forma, as entidades devem adotar como princípio basilar o planejamento de suas ações e atividades, ao ponto que o planejamento direciona as instituições a alcançar seus objetivos de forma eficiente. Permitindo que as instituições possam a todo momento avaliar, os resultados alcançados e corrigir problemas que venham ser verificados. Carneiro, Oliveira e Torres (2011, p. 91) afirma que:

[...] a utilização da contabilidade como ciência da informação de forma, que favoreça a divulgação de informações detalhadas à comunidade através das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais, contribui para a transparência da entidade que é considerada uma estratégia competitiva, pois é através da transparência que as organizações demonstram verdadeiramente quem são e quais são seus objetivos.

Dentro deste contexto, destaca-se a importância da ciência contábil, por possuir procedimentos, técnicas e ferramentas capazes de auxiliar os gestores na captação de dados que venha auxiliar no cumprimento dos aspectos legais da entidade, como também, gerar informações para os gestores tomar as melhores decisões, aprimorar seu fluxo de caixa e atender as obrigações legais. De acordo com De Melo, *et al.* (2020, p. 50):

Entidades pertencentes a ceara de sujeitos sem finalidade lucrativa devem, em essência possuir maior cuidado e zelo em sua gestão, seja financeira, seja patrimonial, para com isso se proporcionar um maior retorno social não somente vinculado a uma boa gestão desses dois elementos, mas, sobretudo aos resultados alcançados com a utilização dos mesmos.

Demando das associações e sindicatos rurais, aperfeiçoar seus sistemas de controle de contas a pagar e receber, realizar planejamento orçamentário para que possa avaliar os atos e fatos da gestão, como também ser transparente na aplicação e alocação dos recursos auferidos na entidade.

As fontes de recursos dos sindicatos rurais consiste na contribuição sindical criada em 1943, encontra-se regulamentada pelo Decreto – Lei nº 1.166/1971 e de acordo com o artigo 589 da CLT, o montante arrecadado deve ser partilhado entre as entidades sindicais (Sindicatos, Federações e Confederação).

De acordo com Sousa (2021, p. 8) “Após o advento da lei 13.467, de 13 de julho de 2017, denominada “Reforma Trabalhista”, o “Imposto” sindical não será mais obrigatório, suprimindo importante fonte de custeio das entidades representativas, ainda mais aquelas atuantes na zona rural”.

No entanto, existe outra forma de arrecadação é a contribuição avulsa dos associados, pois existe agricultores autônomos que de forma espontânea contribui para suas entidades locais, sindicatos e nesse caso as associações rurais.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO CENÁRIO DA COVID -19

A agricultura familiar vem ao longo das décadas assumindo um papel fundamental na produção de alimentos do país, auxiliando no abastecimento de

insumos do mercado interno e por consequência garantindo a segurança alimentar da população brasileira.

No entanto, esse segmento sofre com dilemas sociais, ao ponto que muitas famílias conseguem garantir sua pequena parcela de terra, mas, ainda se evidencia um êxodo rural dos jovens para os centros urbanos em busca de emprego, demandando das famílias ferramentas que impulsionem o campo financeiro, para garantir a mão de obra familiar.

Diante das dificuldades já enfrentadas pelos agricultores familiares em garantir a unidade familiar no campo, sua produção para consumo próprio ou para comercialização, potencializar luta em busca de políticas públicas para atenuar a pobreza. Surge a pandemia provocada pelo Sars-CoV-2 ou Covid – 19, um vírus com alto poder de transmissão e mortalidade que vem impactando todos os segmentos sociais.

Para Zuniga, Zuniga e Montilla (2020, p.1), “Na conjuntura da pandemia causada pela COVID-19, as dinâmicas de produção, comunicação e comercialização dos agricultores familiares tem sido alterada. Por exemplo, seu acesso aos mercados tem restringido devido às medidas para mitigar a disseminação do vírus”.

Com as mudanças impostas pela COVID -19 no meio social, os pequenos agricultores tiveram que se reinventar, diante de diversas restrições de isolamento social que estão sendo decretadas pelos agentes públicos estaduais e municipais. Dessa forma, pode-se evidenciar os meios digitais (redes sociais), como parceiros processo de enfrentamento face às dificuldades comerciais pelos pequenos produtores rurais.

O estudo de Zuniga, Zuniga e Montilla (2020) evidencia algumas práticas inovadoras na venda de produtos da agricultura familiar em países da América do Sul, com uso de plataformas digitais (Youtube, Instagram, WhatsApp), para comunicação e comercialização, diante do cenário pandêmico. Podendo destacar no Brasil, práticas inovadoras por meio de publicidade no Instagram de produtos da agricultura familiar da macrorregião de Picos, Estado do Piauí e através do WhatsApp para comércio de produtos eletrônico no Estado de Sergipe.

Para caracterizar essas práticas inovadoras os agricultores devem estar organizados em grupos, para conseguir se fortalecer no mercado e garantir sempre a matéria prima que deve ser fornecida. Demonstrando a importância das comunidades estarem organizada por meio do associativismo comunitário.

Segundo Pires (2020, p.11), “Diante das evidências, defende-se o caráter estratégico de medidas que articulem ações voltadas para territórios precarizados e atenção especial às mulheres, visando à instalação de redes de informação, solidariedade e fornecimento dos recursos necessários ao enfrentamento da situação”.

A pandemia da COVID – 19 vem exigindo das comunidades da agricultura familiar e trabalhadores rurais o desafio de implementar ferramentas advindas com o avanço tecnológico, para impulsionar suas atividades laborais e desenvolver sua forma de comércio na sua região.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos demonstram as ações orientadoras para as análises dos resultados. Subdivide-se em: Tipologia de pesquisa, Seleção das entidades entrevistadas e Instrumentos metodológicos.

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo está estruturado numa abordagem sobre os impactos da pandemia do COVID -19 no terceiro setor, com ênfase para o associativismo no meio rural. Permitindo a interação entre as experiências de vida e seus reflexos socioeconômicos, dentro de um contexto pandêmico que vem sendo vivenciado na sociedade.

A pesquisa possuirá característica descritiva, por inferir análise de um público específico, onde será necessário um método de coleta de dados padronizado, para conseguir extrair informações de forma mais precisa, diante da necessidade de isolamento social que está sendo verificada nos dias atuais. O método descritivo possibilita várias ações e interações, Prodanov (2013, p. 52) afirma que: “Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”.

Quanto aos procedimentos a pesquisa irá utilizar o método bibliográfico, pois será necessário utilizar livros e artigos científicos que corrobora e fundamenta o tema estudado, ou seja, materiais que passaram por uma análise mais profunda sobre o conteúdo que será evidenciado, e por possuir uma abordagem dentro dos critérios científicos para produzir um resultado. A pesquisa bibliográfica para Gil (2002, p. 44), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

A investigação do público deste trabalho foi realizada através de um estudo de caso, mais especificamente um estudo de caso múltiplo, pois dentro do contexto do terceiro setor no meio rural, o estudo caso múltiplo possibilitará

uma investigação de sindicato rural e no mesmo cenário irá abordar as associações rurais de um município.

Para Yin (2001, p.32), “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Nesse sentido, para atingir os objetivos deste trabalho o estudo de caso múltiplo, foi importante por inferir análise de instituições diferentes dentro do associativismo rural, mas, que estão dentro do mesmo contexto pandêmico provocada pela COVID - 19, podendo ser realizado uma análise comparativa de entes diferentes e ao mesmo tempo parecidas administrativamente, com o uso do mesmo objeto de estudo.

A abordagem desse estudo foi baseada em aspectos qualitativos, acerca dos impactos social, financeiros e econômicos provocadas pela disseminação da pandemia da COVID - 19, no terceiro setor, com enfoque no associativismo rural de municípios de médio ou pequeno porte. Pereira (2019, p. 89), explica que abordagem qualitativa “parte do entendimento que existe uma relação dinâmica entre o real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...]”.

Estabelecendo os parâmetros para uma adequada coleta de dados que resultou em informações capazes de entender os impactos na gestão financeira provocada pela pandemia da COVID – 19 no associativismo rural em um município.

3.2 SELEÇÃO DAS ENTIDADES ENTREVISTAS

A pesquisa foi realizada em um município de médio/pequeno porte, situado na região metropolitana do Estado da Paraíba que possui 1 (um) Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 16 (dezesesseis) Associações Rurais.

O critério utilizado para realizar a pesquisa no tocante a delimitação da população do referido estudo, consiste na cúpula gestora do sindicato/associação rural, tendo em vista as experiências vivenciadas ao longo do mandato, possa proporcionar um maior detalhamento em relação aos impactos provocados pela disseminação da pandemia do coronavírus. Pois, o município estudado possui condições demográficas entre população urbana e

rural muito similar, reforçando a necessidade de análise dessas entidades rurais no contexto atual.

Nesse sentido, foram selecionados por critério de acessibilidade os membros de 1 (um) Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 5 (cinco) Associações dos Trabalhadores Rurais que aceitaram participar da pesquisa, distribuído da seguinte forma: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Tesoureiro); já das Associações Rurais os participantes que aceitaram participar da entrevista foram os (Presidentes).

Essa amostra por acessibilidade foi submetida a aplicação de entrevista que possibilitou extrair informações acerca do cenário vivenciado por essas entidades em um momento pandêmico. Para tal, ocorreu um agendamento em cada entidade com os membros ocupantes de cargo de gestão para coleta das informações.

3.3 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada seguindo os critérios de que regem a ética na pesquisa aplicando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice A).

Esse encontro ocorreu de forma presencial nas suas respectivas instituições, mediante prévio agendamento, com o intuito de captar da melhor forma as informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, seguindo as medidas de segurança orientadas pela OMS.

O instrumento utilizado foi a entrevista, onde foi realizado um diálogo com um membro de cada diretoria das associações e do sindicato rural, o conteúdo abordado encontra-se evidenciado no Quadro 1. Foi estruturada em questões objetivas e subjetivas, na primeira parte busca-se identificar do perfil dos participantes para entender melhor o contexto socioeconômico que estão inseridos; na segunda parte a entrevista busca abordar informações acerca da estrutura organizacional do sindicato e das associações rurais, para entender seu funcionamento; na terceira e última parte da entrevista formada por questões relacionadas com a gestão da associação e dos sindicatos, buscando compreender a forma que estão sendo geridas essas instituições e quais os impactos financeiros na gestão dessas entidades diante da pandemia que já se estende por mais de um ano.

Quadro I - Questões abordadas na entrevista

ETAPAS DA ENTREVISTA	PERGUNTAS REALIZADAS AOS ENTREVISTADOS	TEMÁTICA ABORDADA
BLOCO I	1.1 - Gênero	Este bloco de perguntas tem como objetivo traçar o perfil dos entrevistados para entender o contexto social que estão inseridos
	1.2 - Estado Civil	
	1.3 - Faixa Etária	
	1.4 - Escolaridade	
	1.5 - Localidade onde reside	
	1.6 - Qual cargo ocupa, já ocupou outros cargos na diretoria	
	1.7 - Quanto tempo você ocupa o cargo	
BLOCO II	2.1 - Associação/Sindicato tem pendência em algum órgão	Este bloco de perguntas tem como objetivo analisar a estrutura organizacional das instituições pesquisadas
	2.2 - Com que frequência é realizada assembleia geral	
	2.3 - A Associação/Sindicato possui quantos membros ativos	
	2.4 - Quanto tempo você está associado/sindicalizado	
	2.5 - Pode haver reeleição	
	2.6 - Qual a duração do mandato	
BLOCO III	3.1 - As contribuições devem ser pagas com qual periodicidade	Este bloco tem como objetivo evidenciar os elementos que compõe a gestão financeira das associações e sindicato rural
	3.2 - Qual a forma de pagamento, disponibilizada aos associados	
	3.3 - Quem pode contribuir ou ser filiado	
	3.4 - Nesse período pandêmico está sendo observado aumento na inadimplência	
	3.5 - Associação/Sindicato perdeu membros durante a pandemia do Coronavírus	
	3.6 - Durante a pandemia foi realizada alguma ação para melhorar a arrecadação	
	3.7 - Como está sendo realizadas as reuniões no período pandêmico	
	3.8 - A pandemia Coronavírus impactou financeiramente atividade rural	
	3.9 - Associação/Sindicato possui Contador	
	3.10 - O contador atende as necessidades da Associação/Sindicato	
	3.11 - O contador presta informações ou emite relatórios que ajuda a diretoria tomar decisões acerca da Associação/Sindicato	
	3.12 - Na sua opinião o trabalho exercido pelo contador pode melhorar as informações da gestão financeira	
	3.13 - A associação/sindicato realiza prestação de contas para os membros associados	
	3.14 - Qual o período que é feita a prestação de contas	
	3.15 - Como realiza gestão financeira da entidade	
	3.16 - Existem outras fontes de arrecadações além das previstas	
	3.17 - A Associação/Sindicato participa de projetos PNAE, PAA	

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No entanto, faz necessário salientar que houve realização do pré-teste com um membro diretor das associações rurais, logo as perguntas evidenciadas

no Quadro 1, sofreram mudança em relação ao roteiro original, adequando-se para melhor compreensão dos entrevistados e obtenção de suas respostas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção encontra-se subdividida em três partes: A primeira é o perfil dos integrantes da diretoria do sindicato/associação rural, a segunda aborda elementos da estrutura organizacional das entidades, e por fim realiza análise acerca de gestão financeira do sindicato/associação.

A entrevista é composta por questões abertas e fechadas. Dessa forma, para melhor evidenciar os elementos da pesquisa, nas questões fechadas o tratamento das informações está sendo realizado com tabelas, demonstrando os percentuais das respostas e nas questões abertas os entrevistados estão sendo identificados de acordo com a descrição da Tabela 1 evidenciada abaixo.

Tabela 1 - Gestores entrevistados

<i>Entrevistados</i>	<i>Instituição</i>	<i>Cargo</i>
A	Sindicato Rural	Tesoureiro
B	Associação Rural I	Presidente
C	Associação Rural II	Presidente
D	Associação Rural III	Presidente
E	Associação Rural IV	Presidente
F	Associação Rural V	Presidente

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

4.1 PERFIL DA DIRETORIA DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL

Esta subseção caracteriza as informações dos participantes referentes ao bloco I da entrevista que busca analisar o perfil da diretoria do sindicato/associação rural de um município de médio/pequeno porte do Estado da Paraíba, considerando que estas características podem influenciar na gestão da entidade.

A pergunta que aborda a distribuição por gênero dos participantes da pesquisa, verificou-se um cenário de concentração do gênero masculino nas diretorias das associações e do sindicato rural do município, o que pode indicar a dificuldade da inserção das mulheres em cargos diretivos de instituições rurais.

Ao buscar analisar o estado civil dos entrevistados, foram fornecidas as opções constantes na tabela 2: solteiro, casado, divorciado, união estável ou viúvo, conforme evidenciado abaixo.

Tabela 2 – Estado civil dos entrevistados

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Solteiro	0	-
Casado	4	66,67%
Divorciado	2	33,33%
União Estável	0	-
Viúvo	0	-
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Indicando que 66,67% dos diretores do sindicato/associação são casados e 33,33% são divorciados. Tal fato, demonstra que os entrevistados possui características voltadas para formalização do núcleo familiar, mediante união civil.

A tabela 3 procura evidenciar a faixa etária, perguntando qual a idade dos gestores entrevistados.

Tabela 3 - Faixa etária dos entrevistados

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
18 a 27 anos	0	-
28 a 37 anos	0	-
38 a 47 anos	1	16,67%
48 a 57 anos	4	66,67%
58 a 67 anos	0	-
Acima 67 anos	1	16,67%
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observou-se que a maior concentração dos entrevistados com 66,67% está na faixa etária de 48 a 57 anos, em seguida com 16,67% estão os grupos de 38 a 47 anos e acima 67 anos. Logo, para almejar participação em cargos

diretivos os membros das instituições normalmente devem percorrer fases para adquirir experiência e conhecimento acerca da entidade rural.

Tabela 4 – Escolaridade dos entrevistados

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Alfabetizado	1	16,67%
Ensino Fundamental Incompleto	3	50,00%
Ensino Fundamental Completo	0	-
Ensino Médio Incompleto	0	-
Ensino Médio Completo	1	16,67%
Ensino Superior	1	16,67%
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 4, traz informações acerca da escolaridade dos membros do sindicato/associação, onde 50% possui ensino fundamental incompleto, 16,67% é apenas alfabetizado, 16,67% possui ensino médio ou equivalente completo, 16,67% informou que possui ensino superior completo com formação em Pedagogia. O que indica baixo grau de escolaridade, pois quase 70 % dos entrevistados possui apenas o ensino fundamental incompleto, podendo impactar negativamente na gestão da organização.

Tabela 5 – Localidade que reside

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Urbano	2	33,33%
Rural	4	66,67%
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 5, demonstra a localidade onde reside os membros do sindicato/associação participante do estudo, constatando que 66,67% membros reside na localidade rural e 33,33% possui residência na zona urbana do município. Dessa forma, o alto índice dos entrevistados que mora na zona rural justifica-se pois as associações são localizadas na área rural, tão somente o sindicato que se localiza na área urbana e, nesse caso, o entrevistado reside na cidade.

Tabela 6 – Cargo na diretoria

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Tesoureiro/ Já fui Presidente e Secretário
B (Associação I)	Presidente
C (Associação II)	Presidente, mas já fui Vice-presidente
D (Associação III)	Presidente / já participei como Tesoureiro, Vice-presidente, Secretário.
E (Associação IV)	Presidente /Ocupei cargo de Tesoureiro e Secretário.
F (Associação V)	Presidente

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 6, O Entrevistado “A” disse que atualmente exerce o cargo de Tesoureiro no sindicato rural, mas já ocupou o cargo de presidente e secretário; Entrevistado “B” e Entrevistado “F” Ocupou o cargo apenas de presidente; Entrevistado “C” é Presidente, mas já ocupou o cargo de Vice-presidente; Entrevistado “D” ocupa o cargo de Presidente, já participou como Tesoureiro, Vice-presidente e Secretário; Entrevistado “E” é Presidente e já ocupou os cargos de Tesoureiro e Secretário.

Tal fato, evidencia que nas associações e no sindicato rural, não existe muita mudança no cargo de direção, no entanto é verificado um rodizio de cargo na direção das entidades.

Tabela 7 – Tempo no cargo

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Estou no cargo durante 20 anos
B (Associação I)	Possuo 24 anos de mandato
C (Associação II)	2 anos
D (Associação III)	8 anos
E (Associação IV)	Faz 20 anos
F (Associação V)	Durante 15 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 7, ao questionar os participantes sobre o tempo que ocupa o cargo o Entrevistado A “informou que está durante 20 anos no cargo”. No entanto, a questão anterior evidencia que o mesmo já foi presidente e secretário da instituição que participa desde de sua fundação em 1964; o Entrevistado B

“declarou uma atuação no período de 24 anos” Logo, foi constatado que desde da fundação está no cargo de presidente; o Entrevistado C “informou que encontra-se no cargo faz 2 anos”. Mas, já teve atuação anterior como presidente e vice-presidente, onde foi fundador da associação; Entrevistado D “informou que ocupa o cargo a 8 anos” com participação anterior em todos os cargos diretivos; já o Entrevistado E “disse que ocupa o cargo na direção no período de 20 anos” e por fim o Entrevistado F “que possui uma atuação de 15 anos”.

Apesar dos entrevistados C e D informarem possuir pouco tempo no cargo, eles já ocuparam outros cargos na diretoria. Portanto, todos permanecem ocupando cargo de direção das suas instituições por um longo período.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL

Essa subseção compõem o Bloco II da entrevista, onde busca evidenciar a estrutura organizacional do sindicato/associação rural do município pesquisado, demonstrando informações sobre regimento próprio das entidades, se essas entidades possuem pendência com órgãos reguladores, frequência que é realizada a assembleia geral, quantitativo de membros ativos, o tempo que os participantes da pesquisa estão vinculados a instituição, se existe a possibilidade de reeleição e a duração dos mandatos.

Tabela 8 – Pendência com outras entidades

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	O Sindicato respondeu não possuir pendencia
B (Associação I)	Sim, com a Receita Federal
C (Associação II)	Sim, com a Receita Federal
D (Associação III)	Não possui nenhuma pendencia
E (Associação IV)	Não
F (Associação V)	Não tem pendencia

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 8, busca evidenciar se as instituições possuem alguma pendência com órgãos reguladores ou instituições financeiras, os entrevistados das entidades “B” e “C”, afirmaram que as associações da qual são gestores possuem pendencias com a Receita Federal, o que é indicativo de problemas na

gestão. Já os entrevistados das entidades “A”, “D”, “E” e “F” declararam que as instituições a que estão vinculados não possui nenhuma pendência com outras organizações.

Tabela 9 – Frequência da assembleia geral

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Uma vez por ano
B (Associação I)	Uma vez por ano, na primeira reunião de janeiro
C (Associação II)	Todo final de ano
D (Associação III)	No dia da prestação de contas anual
E (Associação IV)	No final do ano
F (Associação V)	Uma vez por ano

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 9, demonstra que os entrevistados “A”, “B”, “C”, “D”, “E” e “F” realizam assembleia geral uma vez por ano. Tal fato, evidencia uma perda na qualidade da gestão, ao ponto que reduz a transparência dos atos praticados pelas diretorias, como também não aproxima os associados na participação contributiva e das atividades cotidianas das instituições, embora comentassem que realizavam outras reuniões mas somente entre os membros da diretoria. No entanto, caso houvessem um fluxo maior de reuniões com os sindicalizados/associados poderiam ser criadas mais oportunidades de colocar em dia as contribuições.

Tabela 10 – Quantitativo de associados ativos

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	900 pessoas
B (Associação I)	80 associados em dia
C (Associação II)	Apenas 20 agricultores
D (Associação III)	153 pessoas ativas
E (Associação IV)	300 associados
F (Associação V)	Atualmente 50 associados frequentando

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 10, evidencia que na entidade “A” possui 900 membros ativos, sendo 55,56% vinculados a empresas e 44,44% de trabalhadores autônomos; a entidade “B” afirmou que possui 80 pessoas vinculadas na sua entidade; na “C”

atualmente apenas 20 membros ativos; entidade “D” 153 membros; “E” possui 300 associados e “F” apenas 50 pessoas vinculadas.

Podendo ser observado um quantitativo maior de membros no sindicato, por existir até o advento da reforma trabalhista a obrigatoriedade de sindicalização no meio rural para agricultores vinculados a empresas rurais. Já nas associações por sempre ter sido uma adesão voluntária os números de membros das comunidades pode não refletir o número de moradores vinculados a agricultura.

Tabela 11 – Vinculo na instituição

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	57 anos de atividade sindical
B (Associação I)	25 anos que estou associado
C (Associação II)	18 anos lutando por melhorias para minha comunidade rural
D (Associação III)	17 anos que participo
E (Associação IV)	26 anos que mim cadastrei na associação
F (Associação V)	31 anos participando das atividades da associação

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 11, demonstra que o representante da entidade “A” possui um vínculo de 57 anos de atividade sindical, o mesmo informou que participou da criação e regularização do sindicato, pois as atividades começaram em meados da década de 50, com o movimento Via Campesina e posterior regularização no ano 1964 no governo do presidente Castelo Branco, já o representante da entidade “B” encontra-se vinculado durante 25 anos; o participante da entidade “C” 18 anos lutando por melhorias para minha comunidade rural; o representante da entidade “D” possui 17 anos de atividade; “E” afirma que se cadastrou faz 26 anos na associação e o representante da entidade “F” informou que faz parte das atividades da instituição durante 32 anos.

Dessa forma, é observado que todos os participantes da pesquisa, foram fundadores das instituições a que encontram-se vinculados, percebendo-se um contexto de perpetuidade nos cargos de direção.

Ao perguntar sobre a possibilidade de haver reeleição na associação ou sindicato, os entrevistados afirmaram que “Sim”. Ficando evidenciado de acordo com os entrevistados que 100% das instituições regulamentaram no seu estatuto

a possibilidade de reeleição. Corroborando com as informações da questão anterior, que demonstra a participação na diretoria de todos os entrevistados, desde da fundação das instituições.

Ao abordar qual a duração de um mandato na associação ou sindicato?

Tabela 12 – Duração do mandato

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	4 anos
B (Associação I)	4 anos
C (Associação II)	4 anos
D (Associação III)	4 anos
E (Associação IV)	2 anos
F (Associação V)	4 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 12, demonstra que a duração do mandato dos gestores dessas instituições “A”; “B”; “C”; “D” e “F” tem duração do mandato de 4 anos, já na instituição “E” o seu estatuto prevê eleições a cada 2 anos.

Com os prazo praticados nas instituições, pode explicar o rodizio de posições na diretoria, contudo quando se remete a permanência no mesmo cargo, pode se tratar de regulamentos antigos, mas para não causar desconforto ao entrevistado não houve questionamento.

4.3 ANÁLISE DE GESTÃO FINANCEIRA DO SINDICATO/ASSOCIAÇÃO RURAL

Essa subseção (Bloco III) busca realizar análise de gestão financeira do sindicato/associação rural, com abordagem direta aos colaboradores da pesquisa sobre: periodicidade das contribuições; forma de pagamento disponível para os associados; quem pode contribuir ou ser filiado; se no período pandêmico está sendo observado aumento na inadimplência; durante a pandemia foi realizada ação para melhorar arrecadação; como realiza a gestão financeira, entre outras.

Os entrevistados responderam que 100% das instituições (sindicato/associação) abordada na pesquisa possui a periodicidade na arrecadação das contribuições de forma mensal.

Ao indagar qual a forma de pagamento disponibiliza aos associados, declararam que a forma de arrecadação vigente nas associações, consiste no pagamento em dinheiro com carnê, já para o sindicato rural a forma de pagamento mensal, consiste na contribuição avulsa dos agricultores e no repasse da contribuição sindical dos membros vinculados as empresas rurais.

Indagou-se quem pode contribuir ou ser filiado nas associações ou sindicato, conforme tabela a seguir.

Tabela 13 – Contribuintes e filiados

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Quem é trabalhador rural assalariado ou não
B (Associação I)	Os moradores da comunidade, esposas e filhos
C (Associação II)	Agricultores da localidade
D (Associação III)	Agricultores da própria comunidade
E (Associação IV)	Todos aqueles que são filiados e se enquadra no estatuto
F (Associação V)	Agricultores residentes na comunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 13, o entrevistado “A” respondeu quem é trabalhador rural assalariado ou não; para entrevistado “B” os moradores da comunidade, esposas e filhos; entrevistado “C” agricultores da localidade; o entrevistado “D” respondeu que são os agricultores da própria comunidade; entrevistado “E” afirma que todos aqueles que são filiados e se enquadra no estatuto e para o entrevistado “F” os agricultores residentes na comunidade. Corroborando com a situação apresentada de não ter o sindicato dos trabalhadores familiares na localidade.

Ao questionar se nesse período pandêmico está sendo observado aumento na inadimplência responderam.

Tabela 14 – Inadimplência no período pandêmico

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Não está sendo verificado aumento na inadimplência

B (Associação I)	Sim, 90% de aumento da inadimplência
C (Associação II)	Não, os inadimplentes continua os mesmos de antes da pandemia
D (Associação III)	Não está sendo verificado aumento da inadimplência
E (Associação IV)	Sim, 50% dos associados
F (Associação V)	Sim, em torno de 90% de inadimplência

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 14 mostra que o entrevistado “A” afirma que não está sendo verificado aumento na inadimplência; entrevistado “B” respondeu que sim, possui um aumento de 90% da inadimplência; já para o entrevistado “C” afirma que não, os inadimplentes continua os mesmos de antes da pandemia; entrevistado “D” não está sendo verificado aumento da inadimplência; o entrevistado “E” diz que sim, 50% dos associados e para o entrevistado “F” também afirma aumento em torno de 90% da inadimplência.

Podendo ser observado, o sindicato rural (entrevistado A) por possuir duas fontes de arrecadação, advindas da contribuição sindical e dos agricultores avulsos vem conseguindo se manter. No entanto, ao analisar os dados foi verificado que as Associações B e F tiveram suas atividades suspensas no período pandêmico, como de costume o pagamento de carnê nas reuniões ordinárias, foi evidenciado um substancial aumento na inadimplência.

Ao questionar a perda de membros durante a pandemia do Coronavírus os respondentes 33,33% afirmaram que no período pandêmico, houve redução de associados, correspondendo ao entrevistado “A” que representa o sindicato por ter ocorrido redução dos postos de trabalho e o entrevistado “F” relatou que houve mortes em decorrência da COVID-19 na comunidade e para os entrevistados “B”, “C”, “D” e “E” que corresponde a 66,67% dos respondentes não ocorreram perdas de associados durante o período pandêmico.

Ao indagar se durante a pandemia foi realizada alguma ação para melhorar a arrecadação?

Apesar das intuições “B” e “F” relatarem na Tabela 14, que houve aumento de 90% na inadimplência e a instituição “E” com 50% de inadimplência, constatou-se nenhuma das instituições realizaram ações com intuito de melhorar

seus indicadores de arrecadação, mostrando a falta de atividades gerenciais das associações rurais.

Quanto à manutenção ou não das reuniões no período pandêmico, obtivemos as seguintes respostas dos entrevistados:

Tabela 15 – Reuniões no período pandêmico

Descrição	Quantidade	Porcentagem (%)
Foram suspensas	4	66,67%
Foram reduzidas e adaptadas	2	33,33%
Continua da mesma forma	0	-
Adotou reunião remotas	0	-
Total	6	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os dados da Tabela 15, evidencia que no período de pandemia 66,67% das associações/sindicato rurais suspenderam suas atividades, no entanto para 33,33% a ação escolhida foi reduzir ou adaptar as reuniões a nova realidade.

Os entrevistados A, B, E e F informaram que no período pandêmico suspenderam as reuniões no período pandêmico, ficando evidenciados que com exceção do sindicato rural, as entidades que paralisaram as reuniões obtiveram aumento substancial de inadimplentes. No entanto, as instituições C e D que reduziram ou adaptaram as suas reuniões a capacidade permitida pelas autoridades competentes, não houve aumento da inadimplência.

Tabela 16 – Impacto da pandemia na atividade rural

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Não houve diferença para o sindicato
B (Associação I)	Dificuldade para as comunidades rurais
C (Associação II)	Momento difícil para os trabalhadores rurais
D (Associação III)	Não foi bom para os trabalhadores
E (Associação IV)	Foi negativo para os trabalhadores rurais
F (Associação V)	Não ajudou o desenvolvimento das atividades rurais

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

As informações da Tabela 16, buscam mensurar o impacto financeiro da pandemia na atividade rural. Dessa forma, o participante “A” afirma que não

houve diferença para o sindicato; participante “B” houve dificuldade para as comunidades rurais; participante “C” relatou como momento difícil para os trabalhadores rurais; participante “D” não foi bom para os trabalhadores; participante “E” afirma que foi negativo para os trabalhadores rurais e o participante “F” relatou que a pandemia não ajudou o desenvolvimento das atividades rurais.

Independente da inadimplência evidenciada em algumas associações rurais, os entrevistados B, C, D, E e F relataram que a atividade rural vem sofrendo impactos negativos durante a pandemia da COVID-19, já para o entrevistado A não houve impacto financeiro pela característica do assalariamento e da manutenção dos empregos nas usinas, embora a atividade seja sazonal com períodos de safra e entressafra.

Na seguinte pergunta foi questionado se a associação/sindicato possui contador.

Tabela 17 – Participação de contador nas entidades

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Sim
B (Associação I)	Não tem condições de pagar
C (Associação II)	Não tem condições de custear
D (Associação III)	Sim
E (Associação IV)	Sim
F (Associação V)	Não, pois o dinheiro da contribuição não sobra

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 17, o entrevistado “A” afirmou que o sindicato possui contador; já o entrevistado “B” respondeu que não tem condições de pagar; na mesma situação encontra-se a instituição que o entrevistado “C” representa afirmando não ter condições de custear; os entrevistados “D” e “E” afirmaram possuir contador prestando serviço na instituição e para o entrevistado “F” não, pois o dinheiro da contribuição não sobra.

Nas organizações A, D e E mostra uma melhor gestão, pois não tem pendências com órgãos externos, possui o maior quantitativo de associados e menores índices de inadimplência, já as organizações B, C e F, não faz nada para melhorar a gestão, podendo ocasionar ao longo do tempo dissolução dessas entidades.

Tabela 18 – Necessidade de serviço contábil

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Sim, realiza as informações para receita federal
B (Associação I)	Não se aplica
C (Associação II)	Não se aplica
D (Associação III)	Sim, declara os dados para receita
E (Associação IV)	Sim, coleta informações para declarar para o governo
F (Associação V)	Não se aplica

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 18 mostra se o contador atende as necessidades da Associação/Sindicato, o participante “A” afirmou que sim, o contador realiza as informações para receita federal; o participante “D” falou que o contador faz a declaração para receita; já o participante “E” informou que o contador coleta informações para declarar para ao governo e para o entrevistado. Dessa forma, observa-se que os contadores realizam apenas a prestação de serviço para atender as demandas fiscais.

Quando questionados se o contador presta informações ou emite relatório que ajuda a diretoria tomar decisões acerca da Associação/Sindicato, obteve as seguintes respostas:

Tabela 19 – Informações geradas por contadores

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Sim
B (Associação I)	Não se aplica
C (Associação II)	Não se aplica
D (Associação III)	Sim
E (Associação IV)	Sim
F (Associação V)	Não se aplica

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na tabela 19 mostra que entrevistados “A”, “D” e “E” afirmaram que sim, no entanto, a questão anterior demonstra que os contadores atendem apenas a parte legal. O que expõe a visão dos entrevistados do papel do contador restringir-se ao aspecto fiscal.

Tentou-se indagar se na sua opinião o contador detém informações capazes de melhorar a gestão da Associação/Sindicato, O entrevistado “A”, “B”,

“C”, “D”, “E” e “F” afirmaram nas suas respostas “Sim”, ou seja, o contador possui informações que auxilia a melhorar a gestão da instituição. O que indica apesar dos entrevistados B, C e F não possuir contador, eles reconhecem a importância, mas não utilizam, embora de uma forma limitada de atuação com o cumprimento das obrigações, sem vislumbrar um papel mais gerencial.

Quanto a prestação de contas para os membros associados obteve-se 100% dos entrevistados manifestando realizar prestação de contas simples nas suas instituições, contribuindo para tornar os processos de gestão transparente perante os associados. Corroborando para afirmação de Araújo, Tolentino e Theophilo (2009, p.11) “Distante de estarem utilizando um sistema de informação, ou mesmo livros contábeis próprios, para controle e gerenciamento das informações financeiras e contábeis, nota-se que a principal ferramenta utilizada por estas entidades é o livro de atas[...]”.

Tabela 20 – Gestão financeira na entidade

Entrevistados	Não realiza gestão financeira
A (Sindicato)	Não realiza gestão financeira
B (Associação I)	Não tem entendimento sobre o assunto
C (Associação II)	Não possui conhecimento de como fazer
D (Associação III)	Fazendo planejamento
E (Associação IV)	Através de prestação de contas anual
F (Associação V)	Não realiza gestão financeira

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

No referente a gestão financeira da entidade, a tabela 20, como realiza gestão financeira na entidade, o entrevistado “A” respondeu que não realiza gestão financeira; o entrevistado “B” afirmou não possuir conhecimento sobre o assunto; entrevistado “C” não possui conhecimento de como fazer; o entrevistado “D” declarou que é fazendo planejamento; o entrevistado “E” respondeu que realiza através da prestação de contas anual e o entrevistado “F” não realiza gestão financeira.

Ficando observado que alguns entrevistados não possuem conhecimento acerca de gestão financeira. Para Dias e Pugues (2013, p.34) “A maneira de administrar e gerenciar as informações faz com que as entidades do Terceiro

Setor possam expandir suas parcerias afim de alcançar o desenvolvimento de seus programas e projetos”.

No entanto, os entrevistados que responderam parcialmente sobre gestão financeira, informaram que é realizada com planejamento e realiza através da prestação de contas anuais. O que forma parte da gestão, mas deixam ser realizadas outros aspectos como a previsão de recebimentos de receitas. Neste sentido, indagou-se sobre a existência de outras fontes de arrecadações além dos associados/sindicalizados.

Tabela 21 – Fontes secundarias de arrecadação

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Não
B (Associação I)	Não
C (Associação II)	Não
D (Associação III)	Não
E (Associação IV)	Sim, é cultivado plantações cana de açúcar
F (Associação V)	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A tabela 21, o representante do sindicato “A” e os representantes das associações “B”, “C”, “D” e “F” responderam não possuir outra fonte de renda, no entanto, a associação “E” informou existir uma atividade de cultivo de cana de açúcar como renda suplementar da associação.

Nesse contexto, observa-se que a associação que indica ter outra atividade de arrecadação, tem um indicador menor de inadimplência em relação as demais.

Finalmente, pesquisou-se se as associações participam de projetos como PAA, PNAE ou outras políticas públicas.

Tabela 22 – Participação em projetos governamentais

Entrevistados	Respostas
A (Sindicato)	Não se aplica
B (Associação I)	Sim, existe membros que participa PNAE e PAA
C (Associação II)	Sim, PNAE e PAA
D (Associação III)	Os associados vendem produtos para PNAE e PAA
E (Associação IV)	Participa do PNAE E PAA
F (Associação V)	Sim, participa do PAA, PNAE e COOPERAR

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Na Tabela 22, demonstrado a participação das entidades em projetos governamentais. Os entrevistados “B”, “C”, “D” e “E” das associações responderam que na comunidade existem agricultores que participam dos Programas PNAE e PAA, já o entrevistado “F” respondeu que existe na sua comunidade a participação no PNAE, PAA e COOPERAR.

Ao participar desses programas através das associações os agricultores tem que possuir como contra partida as contribuições em dia. Outro ponto importante consiste na garantia de melhores preços dos produtos em relação ao mercado local, fortalecendo a renda das famílias das comunidades rurais.

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar os efeitos do Covid-19 sobre a gestão financeira do sindicato/associação rural, no tocante à captação de recursos financeiros. Os dados revelaram um perfil dos entrevistados com concentração do gênero masculino nos cargos de gestão dessas entidades. Os diretores estão distribuídos numa faixa etária a partir de 38 anos, possuindo baixo nível de escolaridade, com 66,67% dos entrevistados tem até o ensino fundamental incompleto, refletindo em pouco conhecimento sobre gestão das organizações.

Outro ponto observado corresponde à perpetuidade verificada nesses cargos de gestão, mesmo sabendo que os mandatos são processos democráticos resultante de um pleito eleitoral, observa-se longos períodos dos entrevistados nos cargos de gestão.

A pesquisa realizada demonstra que todas as instituições realizam prestação de contas simples, não possuindo instrumentos de demonstrações contábeis e 3 (três) não possui contador, ficando evidenciado apenas as entradas e saídas de recursos de cada período no livro de ata.

No período pandêmico das 6 (seis) instituições pesquisadas 3 (três) relataram o aumento da inadimplência, apesar disso, os respondentes informaram que não realizaram nenhuma ação voltada para captar recurso. Nesse período 4 (quatro) informaram que suspenderam suas atividades durante o período pandêmico e para 2 (duas) as atividades foram reduzidas ou readaptadas, impactando na inadimplência das entidades pesquisadas, podendo acarretar a longo prazo a extinção de algumas instituições por falta de desenvolvimento de atividades de gestão.

Apesar de todos os entrevistados informarem que o contador possui capacidade de melhorar a gestão, a pesquisa revelou que 50% não tem condições de pagar o serviço do contador. Podendo ser evidenciado nas entidades que existe pendência com outros órgãos (nesse caso identificou-se apenas Receita Federal), não possui contador na sua estrutura organizacional. Evidenciando que o contador cuida apenas das obrigações legais, das instituições que possui uma estrutura organizacional capaz de custear tal serviço.

Portanto, constatou-se que os entrevistados por possuir baixa escolaridade, não tem esclarecimento acerca de gestão financeira, já o contador que detém conhecimento e preparo técnico para auxiliar os dirigentes, atende apenas os requisitos legais das organizações rurais.

No cenário atual, a crise sanitária e econômica a partir da pandemia do coronavírus exige múltiplas ações de áreas diferentes. Logo, os entes governamentais devem demandar medidas de ampla abrangência, como estímulo ao distanciamento social e ampliação de serviços públicos voltados, principalmente para as parcelas da população mais vulneráveis.

5.1 RECOMENDAÇÕES

A pesquisa apresenta um panorama geral acerca dos efeitos da pandemia do Covid-19 sobre a gestão financeira de empresas do terceiro setor, possuindo como limitação em virtude do tempo e das condições adversas imposta pelo isolamento que sendo vivenciado a partir da deflagração da situação de emergência sanitária em saúde pública. Podendo ser elencado alguns pontos como sugestões para pesquisas futuras:

- a) Realizar novos estudos utilizando quantidade maiores de instituições, com intuito de verificar se as informações evidenciadas na pesquisa ocorrem de forma sistêmica nas entidades;
- b) Realizar entrevistas em profundidade entre os diretores do sindicato/ associação rural, buscando aumentar a amostra da pesquisa, visando entender os elementos que limita a aplicação da gestão financeira nas entidades;
- c) Como também entrevistar associados que não componha a diretoria das instituições, para tentar captar o nível de participação externa na gestão do sindicato e das associações rurais.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Claudiana Aparecida Leal; Tolentino, MarluCIA Araújo; THEOPHILO, Carlos Renato. Realidade organizacional das associações comunitárias rurais da região sul de Montes Claros – Mg. **XXXIII encontro da ANPAD**. São Paulo, 2009.

CANAL RURAL. **Aconteceu em 2020**: Agricultoras se reinventam para vender produção durante pandemia. 2020. Disponível em: www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/aconteceu-em-2020-agricultoras-se-reinventam-para-vender-producao-durante-pandemia. Acesso em: Mar/2021.

BERTOLDO, Jaqueline. **Associativismo**, Projeto Incubadora Social. UFSM, Santa Maria -RS, 2015. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/estudos culturais/arquivos/incubacaocartilhas/CARTILHA%20ASSOCIATIVISMO.pdf>. Acesso em: Mar/2021.

BRASIL. Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944. Dispõe sobre a sindicalização rural. Brasil, 1944.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Revista Administração Em Diálogo**, v. 10, n. 2, p. 21-34, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5346/534654438005.pdf>. Acesso em: Fev/2021.

CARDOSO, Tiago. Terceiro setor e imunidade. *Revista Catarinense de Ciência Contábil – CRCSC*, v.9, n.25, p.9-18

CARNEIRO, Alexandre de Freitas; OLIVEIRA, Deyvison de Lima; TORRES, Luciene Cristina. Accountability e prestação de contas das organizações do terceiro setor: uma abordagem à relevância da contabilidade. **Sociedade, contabilidade e gestão**, v. 6, n. 2, 2011.

DALFIOR, Vanda Aparecida Oliveira, et al. **Fluxo de Caixa**: ferramenta diferencial para o Terceiro Setor. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia XVII SEGeT, 2020. Disponível em: < www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/953092.pdf >; acesso em: Abr/2021.

De MELO, Wilton Alexandre et al. Contabilidade, Gestão e Transparência no Terceiro Setor: uma análise nas associações rurais do município de Sertânia – PE. **Revista Gestão e Organizações**. v.05, n.03, 2020.

DIAS, Mariana Nunes; PUGUES, Laurise Martha. O papel da contabilidade para organizações do Terceiro Setor. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**. v.2, n.3, p.23-48, 2013.

EBSEN, Kamille Simas. **Contabilidade em Organizações do Terceiro Setor**. 2003 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123946>>; Acesso em: Fev/2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOHN, Maria da Gloria. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

IBGE. As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2016. **Coordenação de cadastro e classificações**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LUGOBONI, Leonardo Fabris. et al. Indicadores de desempenho como ferramenta de gestão no Terceiro Setor: um caso prático aplicado a um sindicato patronal. **RACE**, Joaçaba, v.17, n.2, p.732-756, 2018.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 9º. ed., São Paulo: Atlas, 2021.

MÁRIO, Poueri do Carmo et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, 2013.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton Alves; MIRANDA, Gilberto Miranda. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. 3º. ed., São Paulo: Atlas, 2020.

MONSER, Neusa Teresinha Ballardin; SOUZA, Marcone Hahan de; PETRY, Dani José; BERTO, João Daniel; PUGUES, Laurise Martha; SALVADOR, Luiz Antônio; RENNERT, Roberto Antônio; MEDEIROS, Roberto da Silva. **Terceiro Setor** Guia de orientação para o profissional de contabilidade. 3º. ed., CRCRS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf>; acesso em: Mar/2021

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Folha informativa sobre COVID-19**: história da pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>, acesso em: Abr/2021.

PADOVEZE, Luís Clovis. **Manual de contabilidade básica**. 8º. Ed., São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Jose Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 4º. ed., São Paulo: Atlas, 2019.

PIRES, Roberto Rocha C. **Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19**: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública. IPEA, Diest - NT 33, 2020.

PORTULHAK, Henrique; DELAY, Albino Joao; PACHECO, Vicente. Prestação de contas por entidades do terceiro setor e seus impactos na obtenção de recursos: um olhar sobre o comportamento dos doadores individuais. **Pensar Contábil**, v. 17, n. 64, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2º.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Iram Jácome. **Trabalhadores e Sindicalismo no Brasil**: para onde foram os sindicatos?. Caderno CRH, v. 28, n. 75, p. 479- 491, 2015.

SANGALLI, Adriana Rita et al. **Associativismo na agricultura familiar**: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural lagoa grande, em dourados (MS), BRASIL. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 2, p. 225-238, 2015.

SAMPAIO, Lucas. **Ranking da Covid**: como o Brasil se compara a outros países em mortes, casos e vacinas aplicadas. G1, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/04/29/ranking-da-covid-como-o-brasil-se-compara-a-outros-paises-em-mortes-casos-e-vacinas-aplicadas.ghtml>> Acesso em: Mai/2021.

SOUSA, Márcio José Alves. **Importância do Sindicato Rural para o desenvolvimento econômico microrregional**: a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé – PB na implementação de políticas de educação em direitos humanos. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

TONIASSO, Hélia Rosani et al. Agricultura Familiar e Associativismo Rural– o caso associação harmonia de agricultura familiar de Mato Grosso do Sul e a sua sustentabilidade. **Informe Gepec**, v. 11, n. 2, 2007.

TORRES, H. G. B. **Contabilidade do Terceiro Setor**: um estudo nas associações rurais do município de Monteiro – PB. 2018 . Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018. Disponível em:<<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16808>>; acesso em: Fev/2021.

TOZZI, José Alberto. Gestão Financeiro e Orçamentária no Terceiro Setor. **Revista Pensamento e Realidade**, v.29, n.2, 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/21227/15505>>; acesso em: Mai/2021.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. N. 21, Rio de Janeiro: outubro, 2003. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>; Acesso em: Mar/2021.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2º. ed., Bookman, 2001.

VALETIM, Franciele Aparecida; NUNES, Thamyris Fosaluza. **Terceiro Setor – Gestão Financeira**: ênfase no fluxo de caixa. UNIVEM, SP, 2015.

VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **ConTexto**, v. 11, n. 19, p. 31-42, 2011.

ZITTEI, Marcus Vinicius Moreira; POLITELO, Leandro; SCARPIN, Jorge Eduardo. Nível de evidenciação Contábil de Organizações do Terceiro setor. **Administração Pública e Gestão Social**, v.8, n.2, p. 85 – 94, 2016.

ZUNIGA, Eimy Carolina Cubides; ZUNIGA, Nataly Cubides; MONTILLA, Iraima Andreina Lugo. **Agricultura familiar e plataformas digitais no contexto da COVID-19**. UNICAMP. DPCT/IG nº 15, 2020.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento de Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr.(a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **OS EFEITOS DA COVID-19 NA GESTÃO FINANCEIRA DE ENTIDADES RURAIS DO TERCEIRO SETOR NA REGIÃO METROPOLITANA DE JOÃO PESSOA**, desenvolvida por **JOÃO PAULO DIAS DE ARAÚJO**, aluno regularmente matriculado no **Curso Ciências Contábeis** do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professora Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo.

Os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral

Analisar quais os efeitos da Pandemia do Covid – 19 sobre a gestão financeira de entidades do terceiro setor quanto à captação de recursos financeiros.

Objetivos Específicos

- a) Investigar instrumentos de gestão financeira utilizados nas associações/sindicatos para a captação de recursos;
- b) Verificar como são realizadas as prestações de contas das associações/ sindicatos;
- c) Identificar as flutuações nas captações de recursos no período da Pandemia do Covid - 19.

Justifica-se o presente estudo por se tratar de tema atual e relevante para sociedade. A literatura sobre o tema é escassa e pouco divulgada, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação dos gestores de associações e sindicatos rurais na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder o questionário que lhe será apresentado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação de vossa senhoria implique em algum tipo de despesas, as mesmas serão ressarcidas pelo pesquisador responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____,
declaro que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador

responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pelo pesquisador responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de Junho 2021.

Prof^a. Dra. Victoria Putriano Zuniga de Melo
Pesquisador responsável

Participante da Pesquisa

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Entrevista Avaliativa Aplicada aos Dirigentes de Associação/Sindicato Rural

Esta entrevista faz parte de um trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis, oferecido no Campus I da UFPB. Agradeço antecipadamente a generosa participação e prometo manter o sigilo da autoria das opiniões aqui emitidas. João Paulo Dias de Araújo – Estudante Concluinte do Curso de Ciências Contábeis da UFPB.

I. Perfil dos participantes**1.1 Gênero**

() Feminino () Masculino () Outro

1.2 Estado Civil

() Solteiro; () Casado; () Divorciado; () União Estável; () Viúvo.

1.3 Qual sua idade?

() 18 a 27 anos

() 28 a 37 anos

() 38 a 47 anos

() 48 a 57 anos

() 58 a 67 anos

() Acima de 67 anos

1.4 Qual sua escolaridade?

- () se é alfabetizado
() ensino fundamental incompleto;
() ensino fundamental completo:
() ensino médio ou equivalente incompleto;
() ensino médio ou equivalente completo;
() ensino superior. Qual o curso? _____

1.5 Localidade onde reside?

- () Urbano () Rural

1.6 Qual cargo você ocupa, já ocupou outros cargos na Diretoria?

- () Presidente () Vice Presidente () Secretário () Tesoureiro
Outros. _____ Qual?

1.7 Quanto tempo você ocupa o cargo?
_____**II. Estrutura organizacional****2.1 A Associação/Sindicato tem pendência em algum órgão (Receita, Bancos, Outros)?**

- () Sim. Qual _____ () Não

2.2 Com que frequência é realizada a assembleia geral?
_____**2.3 A Associação/Sindicato possui quantos membros ativos?**

2.4 Quanto tempo você está associado/sindicalizado?

2.5 Pode haver reeleição?

() Sim () Não

2.6 Qual a duração do mandato?

III. Análise de gestão financeira da Associação/Sindicato**3.1 As contribuições devem ser pagas com qual periodicidade?**

() Mensal () Bimestral () Trimestral () Semestral () Anual

3.2 Qual a forma de pagamento, disponibilizada aos associados?

() em dinheiro através de carne presencial;

() de forma eletrônica (Transferência).

3.3 Quem pode contribuir ou ser filiado?

3.4 Nesse período pandêmico está sendo observado aumento na inadimplência?

() Sim, qual percentual _____ () Não

3.5 Associação/Sindicato perdeu membros durante a pandemia do Coronavírus?

() Sim, () Por morte () desemprego () outros

() Não

3.6 Durante a pandemia foi realizada alguma ação para melhorar a arrecadação?

() Sim () Não

Qual?

3.7 Como está sendo realizadas as reuniões no período pandêmico?

- () Foram suspensas;
- () Foram reduzidas e adaptadas à nova realidade;
- () Continua acontecendo com a mesma periodicidade de antes da pandemia;
- () Adotou alguma reunião remota.

3.8 A pandemia do Coronavírus impactou financeiramente atividade rural?

3.9 Associação/Sindicato possui Contador? (Para resposta **Não**, pular para questão 3.12)

() Sim () Não. Por que? _____

3.10 O contador atende as necessidades da Associação/Sindicato?

() Sim () Não. Por que? _____

3.11 O contador presta informações ou emite relatórios que ajuda a diretoria tomar decisões acerca da Associação/Sindicato?

() Sim () Não. Por que? _____

3.12 Na sua opinião o trabalho exercido pelo contador pode melhorar as informações acerca da gestão financeira da Associação/Sindicato?

3.13 A Associação/Sindicato realiza prestação de contas para os membros associados?

() Sim () Não

3.14 Qual o período que é feita a prestação de contas?

() Mensal; () Bimestral; () Semestral; () Anual; () Outras;
Qual? _____

3.15 Como realiza gestão financeira da entidade?

3.16 Existem outras fontes de arrecadações além dos associados/sindicalizados?

3.17 A Associação/Sindicato participa de projetos como PNAE, PAA ou outros?

Obrigado pela colaboração.